

# SUMÁRIO

---

## PARTE I

### O DIREITO PROCESSUAL CIVIL

<b>I. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b> .....	3
1. O Direito Processual.....	3
2. Posição enciclopédica do Direito Processual Civil.....	4
3. A norma processual.....	5
4. Fontes do Direito Processual Civil .....	7
5. Aplicação, interpretação e eficácia da lei processual civil no tempo e no espaço.....	9
5.1 Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil .....	16
<b>II. HISTÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b> .....	17
1. O processo no Direito antigo .....	17
2. Direito brasileiro anterior e Direito vigente .....	21
2.1 Ordenações lusitanas.....	21
2.2 Códigos estaduais .....	22
2.3 Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973 .....	23
2.4 Código de Processo Civil de 2015 .....	23
3. A análise econômica do Direito Processual .....	31
<b>III. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO</b> .....	37
1. Princípio do devido processo legal.....	38
2. Princípio dispositivo.....	40
3. Princípio da prioritária solução consensual.....	41
3.1 Justiça multiportas: arbitragem, conciliação e mediação .....	42
3.2 Desjudicialização de conflitos.....	46
4. Princípios da efetividade e da duração razoável do processo .....	48
4.1 Ordem cronológica de julgamento.....	52
5. Princípio da cooperação .....	53
6. Princípio da boa-fé objetiva (proteção à confiança) .....	55
7. Princípio do contraditório e vedação à decisão surpresa .....	56
8. Princípio da economia processual.....	57

9. Princípio da eficiência.....	58
10. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	60
11. Princípio da economicidade.....	61
12. Princípio da preclusão <i>secundum eventum litis</i> .....	62
13. Princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade .....	64
<b>IV. ASPECTOS ÉTICOS E ECONÔMICOS DO PROCESSO.....</b>	<b>67</b>
1. Generalidades.....	67
2. Custas processuais .....	68
3. Honorários advocatícios .....	71
3.1 Sucumbência recursal .....	76
4. Dano processual e litigância de má-fé.....	77
4.1 Deveres das partes e dos procuradores.....	78
4.2 Descumprimento das decisões judiciais. Atentado à justiça. Crime de desobediência .....	79
5. Assistência jurídica e gratuidade de justiça.....	81
5.1 Assistência jurídica.....	81
5.2 Gratuidade de justiça.....	84

## PARTE II

### JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

<b>I. TUTELA JURISDICIONAL.....</b>	<b>89</b>
1. Tutela jurisdicional: conceito .....	89
2. Espécies de tutela jurisdicional .....	91
2.1 Tutela de cognição .....	91
2.2 Tutela de execução.....	95
2.3 Tutela inibitória.....	97
2.4 Tutela provisória .....	101
2.4.1 Fundamentos e antecedentes: tutela cautelar, tutela de segurança e tutela satisfativa de urgência .....	101
2.4.2 Generalidades.....	114
2.4.3 Tutela de urgência.....	118
2.4.3.1 Requisitos.....	118
2.4.3.2 Espécies .....	119
2.4.3.2.1 Tutela cautelar .....	119
2.4.3.2.2 Tutela antecipada.....	122
2.4.3.3 Contracautela e responsabilização.....	123
2.4.3.4 Poder geral de cautela e atipicidade.....	124

2.4.3.5	Tutela de urgência pré-arbitral.....	124
2.4.3.6	Requerimento em caráter antecedente.....	125
2.4.3.6.1	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	125
2.4.3.6.2	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	128
2.4.4	Tutela da evidência.....	129
<b>II.</b>	<b>ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....</b>	<b>131</b>
1.	Garantias do Poder Judiciário.....	131
1.1	Garantias institucionais.....	131
1.2	Garantias funcionais.....	132
2.	Organização judiciária.....	133
2.1	Supremo Tribunal Federal.....	133
2.2	Superior Tribunal de Justiça.....	134
2.3	Justiça Federal.....	135
2.4	Justiça do Trabalho.....	135
2.5	Justiça Eleitoral.....	136
2.6	Justiça Militar.....	137
2.7	Justiça Comum Estadual.....	137
2.8	Conselho Nacional de Justiça.....	137
<b>III.</b>	<b>COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....</b>	<b>139</b>
1.	Generalidades.....	139
2.	Competência internacional e competência interna.....	139
2.1	Cooperação jurídica internacional.....	141
3.	Competência territorial.....	142
4.	Competência objetiva.....	150
5.	Competência funcional.....	150
6.	Competência absoluta e competência relativa. Modificações da competência. Prorrogação e prevenção da competência.....	151
7.	Controle da competência – Conflito de competência e arguição de incompetência.....	160
<b>PARTE III</b>		
<b>A AÇÃO</b>		
<b>I.</b>	<b>CONCEITO – NATUREZA JURÍDICA – ESPÉCIES.....</b>	<b>167</b>
1.	Conceito de ação.....	167
2.	Natureza jurídica.....	168

3. Classificação das ações .....	172
4. As sentenças e a classificação das ações .....	173
<b>II. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....</b>	<b>177</b>
1. Generalidades.....	177
2. Legitimidade das partes .....	179
3. Interesse de agir.....	182
<b>III. ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....</b>	<b>187</b>
1. Elementos de identificação das ações.....	187
2. Elemento subjetivo – As partes.....	188
3. Elemento causal – <i>Causa petendi</i> .....	191
4. Elemento objetivo – O pedido .....	193
4.1 Pedido de prestação indivisível.....	199
4.2 Pedido cominatório.....	199
5. Alteração dos elementos de identificação das ações .....	203
<b>IV. CONEXÃO E CONTINÊNCIA DE AÇÕES – CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES .....</b>	<b>207</b>
1. Aspectos gerais.....	207
2. Espécies de conexão .....	210
3. Cumulação e concurso de ações .....	211
3.1 Cumulação de ações – Espécies .....	213
3.2 Cumulação de ações – Requisitos.....	214

## PARTE IV O PROCESSO

<b>I. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....</b>	<b>219</b>
1. Processo e procedimentos .....	219
2. Espécies de procedimento .....	220
<b>II. SUJEITOS DO PROCESSO .....</b>	<b>229</b>
1. Partes .....	229
2. Litisconsórcio .....	232
3. Intervenção de terceiros.....	237
3.1 Generalidades.....	237
3.1.1 A qualificação de terceiro .....	239
3.1.2 Efeitos da intervenção .....	242
3.2 Espécies de intervenção .....	242
3.2.1 Assistência.....	243

3.2.1.1	Classificação da assistência.....	243
	Assistência simples.....	244
	Assistência litisconsorcial.....	245
3.2.1.2	Interesse jurídico.....	247
3.2.2	Recurso do terceiro prejudicado.....	248
3.2.3	Denúnciação da lide.....	249
3.2.3.1	Hipóteses legais.....	253
3.2.3.2	Procedimento.....	254
	Denunciado aceita e contesta o pedido.....	256
	Denunciado é revel ou nega essa qualidade.....	256
	Denunciado confessa os fatos alegados pelo autor.....	256
3.2.3.3	Sentença.....	257
3.2.4	Chamamento ao processo.....	258
	Hipóteses legais.....	259
	Procedimento.....	260
	Sentença.....	260
3.2.5	Intervenção <i>iussu iudicis</i> .....	261
3.2.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	262
3.2.7	<i>Amicus curiae</i> .....	264
3.3	Intervenção de terceiros no Juizado Especial Cível.....	265
4.	O juiz.....	266
4.1	Poderes e deveres do juiz.....	267
4.2	Suspeição e impedimento.....	269
5.	Auxiliares da justiça.....	273
6.	Ministério Público.....	275
7.	Advocacia Pública.....	277
8.	Defensoria Pública.....	278
<b>III.</b>	<b>ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>279</b>
1.	Forma dos atos processuais.....	279
2.	Tempo dos atos processuais.....	284
3.	Lugar e prazos dos atos processuais.....	286
3.1	Contagem dos prazos processuais.....	288
4.	Verificação dos prazos e suas penalidades.....	291
5.	Comunicação dos atos processuais.....	292
5.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	293
5.1.1	Processo eletrônico.....	293
5.2	Cartas.....	296
5.2.1	Carta precatória e rogatória. Efeito suspensivo.....	299
5.3	Citação.....	299

5.3.1	Efeitos da citação.....	301
5.3.2	Modalidades de citação.....	302
	Citação por meio eletrônico.....	304
	Citação postal.....	305
	Citação por oficial de justiça.....	306
	Citação com hora certa.....	307
	Citação por edital.....	308
5.4	Intimações.....	310
6.	Nulidades.....	315
7.	Negócios jurídicos processuais.....	317
7.1	Calendário processual.....	319
<b>IV.</b>	<b>FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....</b>	<b>321</b>
1.	Generalidades.....	321
2.	Formação do processo.....	321
2.1	Formação do processo e distribuição por dependência das ações repetidas.....	326
2.2	Formação do processo e indeferimento do pedido <i>in limine</i> .....	328
2.3	Atuação jurisdicional <i>ex officio</i> . Visão prospectiva.....	329
3.	Suspensão do processo.....	334
3.1	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	336
3.2	Suspensão convencional do processo.....	338
3.3	Suspensão pela alegação de incompetência, impedimento e suspeição....	338
3.4	Suspensão nos recursos repetitivos e no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	339
3.5	Suspensão por prejudicialidade.....	339
3.6	Suspensão por motivo de força maior.....	341
3.7	Outros casos de suspensão do processo.....	342
4.	Extinção do processo.....	342
4.1	Extinção do processo sem resolução de mérito.....	344
4.1.1	Indeferimento da petição inicial.....	344
4.1.2	Contumácia das partes.....	346
4.1.3	Abandono do autor.....	346
4.1.4	Falta de pressupostos processuais de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.....	347
4.1.5	Acolhimento das alegações de preempção, litispendência e coisa julgada.....	347
	Perempção.....	347
	Litispendência.....	348
	Coisa julgada.....	348

4.1.6	Ausência das condições da ação .....	349
4.1.7	Existência de convenção de arbitragem .....	349
4.1.8	Desistência da ação .....	349
4.1.9	Intransmissibilidade da ação .....	350
4.1.10	Outros casos .....	350
4.2	Resolução do processo com análise do mérito .....	351
4.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido do autor .....	351
4.2.2	Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu .....	351
4.2.3	Transação .....	352
4.2.4	Renúncia ao direito em que se funda a ação .....	352

## PARTE V FASE POSTULATÓRIA

<b>I.</b>	<b>PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>355</b>
1.	Generalidades.....	355
2.	Requisitos.....	355
2.1	Endereçamento .....	355
2.2	Qualificação das partes .....	355
2.3	Causa de pedir.....	356
2.4	Pedido.....	356
2.5	Valor da causa .....	356
2.6	Meios de prova .....	357
2.7	Opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.....	357
2.8	Outros elementos.....	357
3.	Emenda da petição inicial.....	358
4.	Indeferimento da petição inicial.....	358
<b>II.</b>	<b>AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO .....</b>	<b>359</b>
1.	Generalidades.....	359
<b>III.</b>	<b>DEFESA DO RÉU .....</b>	<b>363</b>
1.	Generalidades.....	363
2.	Espécies de defesa .....	364
3.	Modalidades de resposta do réu .....	366
3.1	Contestação .....	366
3.1.1	Alegações de incompetência, impedimento e suspeição .....	370
	Alegação de incompetência .....	370
	Arguição de impedimento e de suspeição .....	371
3.2	Reconvenção.....	374

3.2.1	Condições específicas de admissibilidade da reconvenção .....	375
3.2.1.1	Legitimação para reconvenção .....	375
3.2.1.2	Interesse em reconvir.....	376
3.2.1.3	Tempestividade da reconvenção .....	377
3.2.1.4	Competência do juízo para a reconvenção.....	377
3.2.1.5	A conexão como pressuposto da reconvenção.....	377
3.2.2	Autonomia procedimental entre a reconvenção e a ação .....	378
3.2.3	Processamento e procedimento da reconvenção.....	379
3.3	Revelia .....	379

## PARTE VI

### FASE DE SANEAMENTO

<b>I.</b>	<b>SANEAMENTO.....</b>	<b>383</b>
1.	Fase de saneamento .....	383
2.	Providências preliminares .....	384
2.1	Especificação de provas.....	384
2.2	Manifestação do autor quanto às preliminares e objeções (fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido e alegações do réu) .....	385
3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	387
3.1	Extinção do processo (extinção sem resolução de mérito, resolução com análise do mérito por autocomposição ou julgamento antecipado) .....	388
3.1.1	Julgamento antecipado parcial .....	389
4.	Saneamento.....	390
4.1	Conteúdo .....	390
4.2	Estabilização e preclusão .....	391
4.3	Modalidades .....	392

## PARTE VII

### FASE PROBATÓRIA

<b>I.</b>	<b>PROVAS .....</b>	<b>397</b>
1.	Generalidades.....	397
2.	Sujeitos da prova e ônus da prova.....	404
3.	Sistemas de avaliação da prova .....	407
4.	Momento da prova.....	409
4.1	Produção antecipada de prova .....	411
5.	Espécies de prova .....	412
5.1	Prova documental.....	412
5.1.1	Produção da prova documental.....	416
5.2	Exibição de documento ou coisa .....	418

5.3	Ata notarial.....	420
5.4	Prova oral.....	420
5.4.1	Depoimento pessoal.....	422
5.4.2	Prova testemunhal.....	423
5.4.2.1	Juntada do rol de testemunhas.....	427
5.4.2.2	Depoimentos privilegiados.....	428
5.4.3	Confissão.....	429
5.5	Prova pericial.....	431
5.5.1	Realização da perícia. Ciência das partes quanto à data e ao local.....	435
5.5.2	Perícia abrangente de mais de uma área de conhecimento.....	435
5.5.3	Prazo para apresentação do laudo e das críticas dos assistentes.....	435
5.6	Inspeção judicial.....	437

## PARTE VIII A DECISÃO

<b>I.</b>	<b>AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....</b>	<b>441</b>
1.	Visão de conjunto.....	441
1.1	Poderes do juiz nas audiências.....	441
2.	Tentativa de conciliação.....	442
3.	Etapas da audiência de instrução e julgamento.....	443
<b>II.</b>	<b>SENTENÇA E COISA JULGADA.....</b>	<b>447</b>
1.	Sentença.....	447
1.1	Espécies de sentença.....	451
1.2	Requisitos intrínsecos da sentença. Congruência e certeza.....	454
1.3	Requisito intrínseco. Especificidade. A sentença e a tutela específica....	455
2.	Coisa julgada.....	456
2.1	Generalidades.....	456
2.2	Limites objetivos da coisa julgada.....	461
2.3	Limites subjetivos da coisa julgada.....	464
2.4	Meios de defesa da coisa julgada.....	468
2.5	Relativização da coisa julgada.....	470

## PARTE IX PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

<b>I.</b>	<b>AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....</b>	<b>475</b>
1.	Generalidades.....	475
1.1	Generalidades materiais.....	475

1.2	Generalidades processuais.....	476
1.2.1	Depósito extrajudicial .....	477
2.	Competência.....	478
3.	Prestações periódicas .....	479
4.	Petição inicial .....	480
4.1	Valor da causa .....	480
5.	Citação e direito de escolha.....	481
6.	Consignação em caso de dúvida.....	481
7.	Resposta do réu.....	482
7.1	Revelia.....	484
8.	Julgamento do pedido .....	484
<b>II.</b>	<b>AÇÃO DE EXIGIR CONTAS .....</b>	<b>485</b>
1.	Generalidades.....	485
2.	Ação de exigir contas.....	485
2.1	A ação de dar contas.....	486
3.	Saldo e execução por quantia .....	487
4.	Prestação de contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de outro qualquer administrador .....	487
<b>III.</b>	<b>AÇÕES POSSESSÓRIAS .....</b>	<b>489</b>
1.	Generalidades.....	489
2.	Fungibilidade dos interditos possessórios .....	492
3.	Cumulação de pedidos.....	493
4.	Duplicidade dos interditos possessórios.....	493
5.	Juízo petitário e juízo possessório. Exceção de domínio.....	494
6.	Procedimento das ações possessórias de força nova.....	495
6.1	Caução e tutela liminar antecipada .....	496
6.2	Tutela específica na turbação e no esbulho .....	496
6.3	Objeto da prova.....	497
6.3.1	A prova inequívoca e a tutela antecipatória.....	497
6.3.2	Justificação de posse .....	498
6.4	Citação e prazo para a resposta.....	499
7.	Interdito proibitório .....	500
<b>IV.</b>	<b>AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES .....</b>	<b>501</b>
1.	Generalidades.....	501
2.	Cumulação de pedidos.....	501
3.	Ação demarcatória.....	502
3.1	Procedimento da demarcação.....	502

3.2	Petição inicial na demarcatória.....	502
3.3	Demarcação com queixa de esbulho ou turbação.....	503
3.4	Demarcação do imóvel comum.....	503
3.5	Citação e intimação.....	504
3.6	Defesa do réu.....	504
3.7	Perícia.....	504
3.8	Sentença na demarcatória.....	506
4.	Ação divisória.....	506
4.1	Petição inicial.....	506
4.2	Citação.....	507
4.3	Operações de divisão. Finalidades múltiplas.....	507
4.4	Auto de divisão.....	508
4.5	Benfeitorias permanentes dos confinantes.....	509
4.6	Restituição de terrenos usurpados com a divisão.....	509
<b>V.</b>	<b>AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....</b>	<b>511</b>
1.	Generalidades.....	511
2.	Legitimidade ativa e passiva.....	512
3.	A especialidade do procedimento.....	513
<b>VI.</b>	<b>INVENTÁRIO E PARTILHA.....</b>	<b>515</b>
1.	Generalidades.....	515
1.1	Competência.....	515
1.2	A <i>ratio</i> do procedimento.....	516
2.	Prazo para a abertura do inventário.....	517
3.	Questões objeto de decisão no juízo do inventário.....	517
4.	Administração dos bens do espólio.....	518
5.	Legitimação para requerer a abertura do inventário e partilha.....	518
6.	A nomeação do inventariante.....	519
6.1	Atribuições do inventariante.....	520
6.2	Remoção do inventariante.....	521
7.	As primeiras declarações e o rito subsequente.....	522
8.	Avaliação dos bens inventariados.....	525
8.1	Avaliação de bens sítos fora da comarca.....	526
8.2	Dispensa da avaliação.....	526
8.3	Laudo de avaliação.....	526
9.	Bens sonogados.....	527
10.	Interessado preterido.....	527
11.	Últimas declarações.....	528
12.	Cálculo do imposto.....	528
13.	Colaço.....	529

14. Pagamento das dívidas do <i>de cujus</i> .....	531
14.1 O legatário e as dívidas do espólio .....	532
14.2 Dívidas sujeitas a processo de execução .....	533
15. Partilha .....	533
15.1 Formulação de pedido de quinhão e deliberação da partilha. Esboço da partilha.....	533
15.2 Julgamento da partilha.....	534
15.3 Formal de partilha .....	535
15.4 Emenda da partilha .....	535
15.5 Partilha amigável. Anulação.....	536
15.6 Rescindibilidade da partilha judicial.....	537
15.7 Partilha amigável. Homologação.....	537
16. Arrolamento sumário.....	538
17. Arrolamento comum.....	539
18. Medidas cautelares de constrição de bens ou restrição de direitos deferidas no curso do inventário. Prazo de eficácia .....	540
19. Sobrepartilha .....	540
20. Curatela especial no inventário.....	541
21. Inventário cumulativo.....	541
<b>VII. EMBARGOS DE TERCEIRO</b> .....	543
1. Generalidades.....	543
2. Embargos de terceiro e figuras afins.....	543
3. Legitimidade.....	544
3.1 Os cônjuges e os embargos de terceiro .....	545
4. O objeto mediato dos embargos de terceiro.....	546
5. Prazo para oferecimento dos embargos de terceiro. Processo de conhecimento e processo de execução .....	547
6. Competência.....	547
7. Fase postulatória. Petição inicial e requisitos. Justificação.....	548
8. Tutela antecipada. Liminar .....	548
9. Suspensão do processo.....	549
<b>VIII. OPOSIÇÃO</b> .....	551
1. Generalidades.....	551
2. Julgamento pela mesma sentença.....	552
<b>IX. HABILITAÇÃO</b> .....	553
1. Generalidades.....	553
<b>X. AÇÕES DE FAMÍLIA</b> .....	555
1. Generalidades.....	555
2. A conciliação nas ações de família .....	556

<b>XI. AÇÃO MONITÓRIA.....</b>	<b>557</b>
1. Generalidades.....	557
2. Histórico e direito comparado .....	558
2.1 Direito romano .....	558
2.2 Direito medieval .....	559
2.3 Direito europeu.....	559
2.3.1 Procedimento monitorio no atual processo civil europeu .....	560
2.4 Direito brasileiro.....	563
2.4.1 Ação decendiária no direito brasileiro .....	563
2.4.2 Procedimento monitorio nos Códigos de Processo Civil de 1939/1973/2015.....	563
3. Condições da ação .....	564
3.1 Legitimidade das partes .....	564
3.2 Interesse de agir .....	564
4. Estrutura do procedimento .....	565
5. Petição inicial .....	565
5.1 <i>Causa petendi e causa debendi</i> .....	567
6. Embargos .....	567
7. Procedimento monitorio e juizados especiais.....	568
<b>XII. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL.....</b>	<b>569</b>
1. Generalidades.....	569
2. A necessidade de <i>periculum in mora</i> para a tomada do penhor.....	570
3. Especialidades procedimentais .....	570
<b>XIII. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA .....</b>	<b>573</b>
1. Generalidades.....	573
2. O regulador de avarias .....	573
3. Especialidades procedimentais .....	574
<b>XIV. RESTAURAÇÃO DE AUTOS .....</b>	<b>577</b>
1. Generalidades.....	577
2. Especialidades procedimentais .....	577
<b>XV. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....</b>	<b>581</b>
1. Disposições gerais.....	581
1.1 Generalidades.....	581
1.2 Jurisdição voluntária. Rito.....	584
1.3 Competência .....	586
1.4 Tutela antecipada e cautelar.....	586
1.5 Citações.....	586

1.6	Resposta dos interessados.....	587
1.7	Instrução .....	588
1.8	A decisão por equidade e o abandono da legalidade estrita .....	588
1.9	Sentença e recurso .....	589
1.10	Coisa julgada .....	589
1.11	Casos submetidos ao rito comum da jurisdição voluntária.....	590
2.	Notificação e interpelação.....	592
2.1	Generalidades.....	592
2.2	Procedimento .....	593
3.	Alienações judiciais .....	593
3.1	Generalidades.....	593
3.2	Bens sujeitos à alienação jurisdicional voluntária.....	594
4.	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens do matrimônio.....	595
4.1	Divórcio e separação judicial .....	595
4.2	O procedimento consensual de divórcio, separação ou extinção da união.....	596
4.3	Alteração do regime de bens do matrimônio .....	597
5.	Testamentos e codicilos.....	598
5.1	Generalidades.....	598
5.2	Condições da ação .....	598
5.3	Competência .....	599
5.4	Aspectos procedimentais.....	599
5.4.1	Testamento cerrado .....	599
5.4.2	Testamento público.....	600
5.4.3	Testamento particular .....	600
5.4.4	Testamentos marítimo, militar, nuncupativo e codicilos.....	601
5.4.5	Cumprimento dos testamentos.....	601
5.5	Sentença .....	602
5.5.1	Suspeição de nulidade ou falsidade do testamento .....	602
6.	Herança jacente .....	603
6.1	Generalidades.....	603
6.2	Curadoria. Atribuições.....	604
6.3	Arrecadação.....	605
6.3.1	Arrecadação imediata pela autoridade policial.....	605
6.3.2	Arrecadação por precatória .....	605
6.3.3	Diligências da arrecadação .....	606
6.3.4	Suspensão da arrecadação .....	606
6.4	Editais.....	606
6.5	Conversão da arrecadação em inventário .....	606

6.6	Habilitação de créditos.....	607
6.7	Alienação antecipada de bens.....	607
6.8	Declaração de vacância.....	608
7.	Bens dos ausentes.....	608
7.1	Generalidades.....	608
7.2	Curadoria. Cessação.....	610
7.3	Sucessão provisória.....	611
7.4	A sentença na sucessão provisória.....	612
7.5	Caução prestada por herdeiros imitidos na posse dos bens.....	613
7.6	Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	613
7.7	Cessação da sucessão definitiva. Entrega dos bens.....	613
7.8	Citações na ação de reivindicação dos bens.....	614
8.	Coisas vagas.....	614
8.1	Generalidades.....	614
8.2	Publicação de edital.....	616
8.3	Comparecimento do legítimo dono ou possuidor da coisa.....	616
8.4	Alienação da coisa.....	616
8.5	Adjudicação da coisa.....	617
8.6	Conversão da arrecadação em inquérito.....	617
9.	Interdição.....	617
9.1	Generalidades.....	617
9.2	Iniciativa do Ministério Público e interdição.....	618
9.3	Curador à lide.....	618
9.4	Petição inicial.....	619
9.5	Inspeção pessoal.....	619
9.6	Impugnação do pedido de interdição.....	620
9.7	Perícia.....	620
9.8	Decretação da interdição. Sentença.....	620
9.9	Compromisso do curador.....	621
9.10	Levantamento da curatela.....	622
10.	Disposições comuns à tutela e à curatela.....	622
10.1	Generalidades.....	622
10.2	Aspectos procedimentais.....	623
11.	Organização e fiscalização das fundações.....	624
11.1	Generalidades.....	624
12.	Ratificação dos protestos marítimos e processos testemunháveis formados a bordo.....	625
12.1	Generalidades.....	625
<b>XVI.</b>	<b>JUIZADOS ESPECIAIS.....</b>	<b>627</b>
1.	O procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais – Visão de conjunto.....	627

1.1	Âmbito de incidência do procedimento do juizado .....	630
2.	Formação do processo – Pedido .....	633
3.	Convocação do réu e atos de comunicação .....	635
4.	Defesa do réu .....	636
5.	Audiência – Conciliação – Instrução e julgamento – Sentença .....	636
6.	Recurso .....	640
6.1	Recurso inominado .....	640
6.2	Embargos de declaração .....	641
7.	Uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais. Direito em expectativa .....	642
8.	O processo de execução nos Juizados Especiais .....	643
8.1	Generalidades .....	643
8.2	Processo de execução .....	643
8.2.1	Execução por quantia certa contra devedor solvente .....	644
8.2.2	Execução das obrigações de fazer e de não fazer .....	646
8.2.2.1	Execução de obrigação de fazer com prestação fungível .....	647
8.2.2.2	Execução de obrigação de fazer com prestação infungível .....	648
8.2.2.3	Execução de obrigação de não fazer permanente (admite desfazimento) .....	648
8.2.2.4	Execução de obrigação de não fazer instantânea .....	648
8.2.3	Execução para entrega de coisa certa e de coisa incerta .....	649
8.2.3.1	Execução para entrega de coisa certa (título judicial ou extrajudicial) .....	649
8.2.3.2	Execução para entrega de coisa incerta .....	650
8.3	Embargos do executado .....	650

## PARTE X

### TUTELA EXECUTIVA

<b>I.</b>	<b>A TUTELA SATISFATIVA (CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL) .....</b>	<b>655</b>
1.	A tutela de execução e as demais formas de tutela jurisdicional .....	655
<b>II.</b>	<b>A SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL NO CPC DE 2015 .....</b>	<b>659</b>
<b>III.</b>	<b>TEORIA GERAL DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>663</b>
1.	Fundamentos da execução e do cumprimento da sentença .....	663
2.	Princípios do processo de execução e do cumprimento da sentença .....	664
2.1	Princípio da realidade .....	665

2.2	Princípio da execução específica .....	665
2.3	Princípio da livre disponibilidade .....	666
2.4	Princípio da economicidade.....	667
<b>IV.</b>	<b>REQUISITOS DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA..</b>	<b>671</b>
1.	Inadimplemento do devedor .....	671
2.	Título executivo.....	673
2.1	Requisitos do crédito exequendo.....	673
2.1.1	Certeza.....	673
2.1.2	Exigibilidade .....	674
2.1.3	Liquidez.....	674
2.2	Títulos executivos judiciais.....	675
2.2.1	Liquidação dos títulos judiciais.....	680
	Liquidação por iniciativa do devedor.....	681
	Liquidação por arbitramento .....	682
	Liquidação pelo procedimento comum.....	682
	Liquidação de sentença. Recurso .....	683
	Liquidação provisória.....	684
2.3	Títulos executivos extrajudiciais.....	684
<b>V.</b>	<b>ESPÉCIES DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>691</b>
1.	Cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial .....	691
2.	Cumprimento provisório de sentença.....	697
<b>VI.</b>	<b>PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA .....</b>	<b>699</b>
1.	Condições da ação .....	699
2.	Competência jurisdicional.....	701
2.1	Competência e execução de título extrajudicial .....	702
2.2	Competência e cumprimento da sentença .....	702
<b>VII.</b>	<b>FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>705</b>
1.	Formação do processo.....	705
1.1	Requerimento.....	705
1.2	Averbação premonitória .....	705
1.3	Efeitos da propositura da execução de título extrajudicial.....	707
2.	Suspensão da execução .....	708
3.	Extinção da execução .....	710
3.1	Recurso .....	710
4.	Desistência do cumprimento da sentença ou da execução de título extrajudicial .....	711

5. Cumulação de execuções .....	712
6. Intercomunicabilidade entre as regras da execução e do cumprimento da sentença.....	712
<b>VIII. PODERES DO JUIZ NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>713</b>
1. Meios executivos típicos e atípicos .....	713
2. Protesto de decisão judicial .....	715
3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes .....	715
<b>IX. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....</b>	<b>717</b>
1. O cumprimento das sentenças de obrigações de fazer e não fazer .....	717
1.1 Generalidades.....	717
1.2 Procedimento .....	719
1.3 As <i>astreintes</i> e a impugnação.....	722
2. Tutela inibitória (obrigações negativas).....	725
2.1 Tutela jurisdicional de direitos.....	725
2.2 A crise da tutela condenatória – Ilícito de lesão e ilícito de perigo.....	726
2.3 Tutela inibitória – Finalidade – Pressupostos – Fundamentos.....	726
2.4 Classificação da tutela inibitória .....	728
2.5 Pressupostos e características da tutela inibitória antecipada .....	729
3. O cumprimento judicial das obrigações de prestar declaração de vontade....	729
4. Execução de título extrajudicial de obrigações de fazer e não fazer .....	732
4.1 Execução das obrigações de fazer e não fazer.....	732
4.1.1 Generalidades .....	732
4.1.2 Execução de título extrajudicial envolvendo obrigações de fazer e não fazer. Procedimento .....	733
<b>X. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA.....</b>	<b>739</b>
1. O cumprimento da sentença para a entrega de coisa.....	739
1.1 Generalidades.....	739
1.2 Procedimento .....	740
2. Execução de título extrajudicial para a entrega de coisa .....	740
2.1 Generalidades.....	740
2.2 Procedimento .....	741
2.3 Execução de título extrajudicial de coisa incerta.....	743
3. Disposições comuns ao cumprimento da entrega de coisa e à execução de título extrajudicial para a entrega de coisa .....	743
3.1 Incidentes da entrega .....	743
3.2 Incidentes favoráveis ao executado .....	744
3.3 Impugnação por retenção.....	745

<b>XI. TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE SOMA .....</b>	<b>747</b>
1. O cumprimento de sentença nas obrigações de entrega de soma – Fase postulatória .....	747
1.1 Generalidades.....	747
1.2 Prazo para pagamento voluntário .....	748
1.3 Multa e honorários .....	748
1.4 Demonstrativo do crédito.....	749
1.5 Mandado de penhora e avaliação .....	750
1.6 Prazo para a impugnação ao cumprimento de sentença.....	750
1.7 Alimentos decorrentes de responsabilidade civil .....	751
2. A execução extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente – Fase postulatória.....	752
2.1 Generalidades.....	752
2.2 Execução contra devedor solvente e contra devedor insolvente .....	752
2.3 Petição inicial .....	753
2.4 Averbação premonitória e certidão de propositura da execução.....	758
2.5 Citação .....	759
2.6 Arresto executivo .....	760
2.7 Indisponibilidade eletrônica .....	761
2.8 Despacho liminar e honorários .....	763
3. Regras comuns ao cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente .....	763
3.1 Responsabilidade patrimonial. Generalidades .....	763
3.1.1 Responsabilidade patrimonial primária .....	765
3.1.2 Responsabilidade patrimonial secundária.....	766
3.1.3 Responsabilidade patrimonial dos sócios e desconsideração da personalidade jurídica.....	768
3.1.4 Responsabilidade do terceiro em cujo poder encontram-se bens do devedor .....	774
3.1.5 Responsabilidade patrimonial do cônjuge .....	774
3.1.6 Responsabilidade patrimonial do fiador.....	776
3.2 Fraude de execução .....	777
3.2.1 Introdução .....	777
3.2.2 A ineficácia decorrente da fraude de execução é tão intensa que mesmo se o terceiro adquirente do imóvel o utilizar para moradia de sua família, a impenhorabilidade da Lei nº 8.009/1990 não será oponível ao exequente. Regime do CPC de 1973.....	778
3.2.3 Fraude de execução e fraude contra credores .....	779
3.2.4 Alienação na pendência de ação real ou reipersecutória.....	779
3.2.5 Fraude de execução e averbação premonitória.....	781
3.2.6 Alienação de bem objeto de hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial.....	782

3.2.7	Litispendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência ....	783
3.2.8	Outros casos de fraude à execução .....	785
3.3	Fase de apreensão .....	785
3.3.1	Penhora .....	785
3.3.2	Momento para arguição de vício da penhora .....	787
3.3.3	Preclusão do vício da penhora .....	788
3.4	Impenhorabilidade .....	789
3.4.1	Introdução .....	789
3.4.2	Bens inalienáveis .....	790
3.4.3	Móveis, pertences e utilidades domésticas .....	791
	Vestuários.....	791
3.4.4	Verbas remuneratórias e poupança .....	792
3.4.5	Bens móveis necessários ao exercício profissional .....	795
3.4.6	Seguro de vida .....	796
3.4.7	Materiais necessários para obras em andamento .....	796
3.4.8	Pequena propriedade rural trabalhada pela família.....	796
3.4.9	Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social .....	797
3.4.10	Recursos públicos do fundo partidário.....	797
3.4.11	Créditos oriundos de alienação de unidades sob regime de incorporação imobiliária.....	798
3.4.12	Bem de família legal .....	798
3.5	Multiplicidade de penhoras.....	801
3.6	Penhora de quota social e ações.....	803
3.7	Ordem da penhora .....	803
3.8	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	805
3.9	Substituição dos bens penhorados .....	806
3.10	Procedimento da penhora .....	808
3.10.1	Execução por carta.....	813
3.10.2	Depósito dos bens penhorados.....	814
3.10.3	A unicidade da penhora.....	815
3.11	Avaliação dos bens penhorados.....	817
3.12	Fase de expropriação .....	819
3.12.1	Adjudicação .....	821
3.12.2	Alienação.....	823
3.12.3	Alienação por iniciativa particular .....	824
3.12.4	Leilão judicial .....	825
3.12.5	Arrematação .....	831
3.12.6	Ultimação da arrematação.....	833
3.13	Satisfação do crédito.....	835

<b>XII. DEFESA DO EXECUTADO</b> .....	839
1. Impugnação ao cumprimento da sentença .....	839
1.1 Generalidades.....	839
1.2 Procedimento da impugnação ao cumprimento da sentença .....	840
1.3 Recurso .....	841
1.4 Eficácia da impugnação ao cumprimento da sentença.....	842
1.5 Fundamentos da impugnação ao cumprimento da sentença .....	844
1.6 Impugnação de título executivo inconstitucional .....	847
2. Embargos à execução .....	849
2.1 Generalidades.....	849
2.2 Ajuizamento dos embargos .....	850
2.3 Rejeição liminar dos embargos.....	851
2.4 Efeitos dos embargos à execução.....	853
2.5 Procedimento da defesa do embargado.....	854
2.6 O Superior Tribunal de Justiça já entendeu não ser possível reconvenção nos embargos à execução, pois essa modalidade de processo visa à satisfação do exequente e a sua marcha não deve aguardar as delongas da ordinariiedade que a demanda reconvençional provoca. Fundamentos dos embargos à execução .....	854
2.7 Reconhecimento do pedido e parcelamento.....	856
<b>XIII. EXECUÇÕES ESPECIAIS</b> .....	859
1. Execução de prestação alimentícia .....	859
2. Execução contra a Fazenda Pública.....	861
2.1 Introdução .....	861
2.2 Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial .....	862
2.3 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	863
2.4 Demais espécies de execução contra a Fazenda Pública .....	866
2.5 Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	867
3. Execução por quantia certa contra devedor insolvente (CPC/1973).....	869
3.1 Efeitos da declaração judicial de insolvência .....	871
3.2 O processo e o procedimento da insolvência .....	872
3.3 Competência jurisdicional .....	872
3.4 Legitimidade para requerer a insolvência .....	873
3.5 Fase de cognição .....	874
3.6 Fase de apreensão de bens .....	874
3.7 Fase de apuração do ativo e pagamento dos credores.....	877

## PARTE XI

### PROCESSO NOS TRIBUNAIS

<b>I. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....</b>	<b>881</b>
1. Conceito.....	881
1.1 Duplo grau obrigatório de jurisdição: remessa necessária.....	882
1.2 Fundamentos dos recursos ( <i>ratio essendi</i> ).....	885
1.3 Direito intertemporal: eficácia da lei no tempo.....	886
2. Princípios recursais.....	886
2.1 Duplo grau de jurisdição.....	887
2.2 Unicidade dos recursos.....	888
2.2.1 Instrumentalidade das formas e fungibilidade recursal.....	892
3. Admissibilidade e mérito dos recursos.....	893
4. Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	894
4.1 Legitimidade do recorrente.....	895
4.2 Interesse em recorrer.....	897
4.2.1 Interesse em recorrer e recurso adesivo.....	897
4.2.2 Interesse em recorrer e recurso parcial.....	900
4.2.3 Interesse em recorrer e jurisprudência predominante.....	900
4.3 Cabimento.....	902
4.4 Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer.....	903
4.5 Tempestividade.....	904
4.6 Preparo do recurso.....	907
4.7 Regularidade formal.....	908
5. Efeitos dos recursos.....	908
5.1 Efeito devolutivo.....	908
5.1.1 Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i> .....	909
5.2 Efeito suspensivo.....	911
<b>II. A ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>915</b>
1. Jurisprudência, súmulas e precedentes.....	915
1.1 Precedentes e Análise Econômica do Direito.....	918
2. Procedimento no tribunal.....	919
2.1 Registro e distribuição.....	919
2.1.1 Descentralização dos serviços de protocolo.....	919
2.2 Remessa ao relator.....	920
2.2.1 Poderes do relator.....	920
Direção do processo e homologação da autocomposição.....	920
Tutela provisória recursal.....	920
Decisões monocráticas.....	924

Outras competências e saneamento recursal .....	925
Questões conhecíveis de ofício e fatos supervenientes .....	925
2.2.2 Revisão .....	926
2.3 Designação do dia do julgamento e publicação da pauta.....	926
2.3.1 Adiamento da sessão .....	926
2.3.2 Interregno entre a sessão e a publicação da pauta .....	926
2.4 Sessão de julgamento .....	927
2.4.1 Sustentação oral .....	927
2.4.2 Deliberação .....	928
Pedido de vista.....	930
Conversão do julgamento em diligência.....	931
Julgamento de recurso que tenha sido iniciado.....	931
Apelação e agravo interposto .....	931
2.4.3 Acórdão .....	932
Obrigatoriedade de ementa .....	932
Publicidade do acórdão.....	932
Retificação de minuta .....	933
2.4.4 Técnica de ampliação da colegialidade .....	933
3. Julgamentos digitais.....	935
3.1 Ampliação do julgamento eletrônico e a experiência do Supremo Tribunal Federal.....	938
3.2 O papel do Conselho Nacional de Justiça na expansão do processo digital e o “Juízo 100% Digital” .....	939
<b>III. RECURSOS EM ESPÉCIE.....</b>	<b>943</b>
1. Apelação.....	943
1.1 Generalidades.....	943
1.2 Efeitos da apelação.....	944
1.2.1 Efeito suspensivo.....	945
1.2.2 Efeito devolutivo .....	946
Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i> .....	947
Extensão do efeito devolutivo do recurso.....	949
Efeito devolutivo e prescrição .....	949
Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa .....	950
Efeito devolutivo e nulidade sanável .....	951
<i>Reformatio in pejus</i> e amplitude do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa .....	951
1.3 Procedimento da apelação.....	952
1.4 Procedimento no tribunal .....	956
2. Agravo de instrumento .....	958

2.1	Política legislativa e escorço histórico .....	958
2.1.1	Vedação à modalidade de agravo retido .....	959
2.2	Juízo de admissibilidade do agravo .....	960
2.3	Juízo de retratação .....	963
2.4	Efeitos do agravo.....	964
2.5	Formalidades do agravo de instrumento.....	965
2.5.1	Informação ao juízo <i>a quo</i> da interposição do agravo de instrumento.....	967
2.6	Procedimento do agravo no tribunal .....	967
2.6.1	Os poderes do relator no agravo de instrumento .....	968
3.	Agravo interno .....	970
4.	Embargos de declaração.....	971
4.1	Generalidades.....	971
4.2	Cabimento dos embargos de declaração .....	972
4.3	Efeitos dos embargos de declaração .....	975
4.4	Litigância abusiva na oposição dos embargos de declaração.....	976
5.	Recurso ordinário constitucional .....	977
5.1	Generalidades.....	977
5.2	Requisitos de admissibilidade .....	979
5.3	Efeitos do recurso .....	980
6.	Recurso extraordinário e recurso especial .....	980
6.1	Generalidades.....	980
6.2	Pressupostos constitucionais de cabimento do recurso extraordinário e do recurso especial .....	982
6.2.1	Cabimento constitucional do recurso extraordinário.....	982
	Julgamento de causas decididas em última ou única instância ..	983
	Julgamento contra a Constituição .....	984
	Decisão que declara inconstitucional lei federal ou tratado <i>incider tantom</i> .....	984
	Julgamento que acolhe lei ou ato local contra a Constituição ....	985
	Julgamento que prestigia lei local contestada em face de lei federal.....	985
	Repercussão geral.....	985
	Forma de arguição da repercussão geral.....	987
	Competência para análise da repercussão geral .....	987
	Efeitos do acolhimento e do desacolhimento da arguição de repercussão geral e a multiplicidade de recursos.....	988
6.2.2	Cabimento constitucional do recurso especial .....	990
	Julgamento de causas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.....	990

Julgamento que privilegia ato de governo local contra a lei federal.....	990
Julgamento ensejador de dissídio jurisprudencial.....	990
6.2.3 Interesse em recorrer no recurso extraordinário e no recurso especial .....	991
6.3 Efeito devolutivo no recurso extraordinário e no recurso especial .....	992
6.4 Efeito suspensivo do recurso extraordinário e do recurso especial .....	993
6.5 Julgamento conjunto e interposição conjunta .....	994
6.6 Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial.....	995
6.7 Sistemática dos recursos repetitivos.....	998
7. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .....	1001
8. Embargos de divergência .....	1003
<b>IV. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>1007</b>
1. Generalidades.....	1007
2. Requisitos e procedimento .....	1008
<b>V. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....</b>	<b>1011</b>
1. Histórico e fundamentos.....	1011
2. Cabimento e competência .....	1012
3. Pressupostos do incidente.....	1012
4. Legitimidade.....	1013
5. Procedimento .....	1013
6. Recursos .....	1014
<b>VI. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....</b>	<b>1015</b>
1. Generalidades.....	1015
2. Cabimento e requisitos.....	1015
2.1 Fungibilidade entre IRDR e IAC .....	1016
3. Competência.....	1017
4. Legitimidade.....	1017
5. Procedimento .....	1018
6. Recursos e revisão.....	1020
<b>VII. AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>1021</b>
1. A desconstituição do julgado .....	1021
2. Finalidade e pressupostos .....	1022
3. Causas de rescindibilidade .....	1023
3.1 Generalidades.....	1023
3.2 Causas de rescindibilidade em espécie .....	1024
3.2.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do julgador .....	1024

3.2.2	Impedimento do julgador ou incompetência absoluta .....	1024
3.2.3	Dolo, coação, simulação ou colusão das partes .....	1026
3.2.4	Coisa julgada anterior .....	1026
3.2.5	Violação manifesta à norma jurídica.....	1027
3.2.6	Prova falsa .....	1028
3.2.7	Prova nova .....	1029
3.2.8	Erro de fato .....	1029
4.	Condições da ação .....	1030
4.1	Legitimidade das partes .....	1030
4.2	Interesse de agir .....	1033
5.	Competência.....	1033
5.1	Prazo decadencial para propositura da ação rescisória .....	1033
6.	Propositura da ação rescisória e eficácia da decisão rescindenda .....	1035
7.	Procedimento da ação rescisória .....	1036
8.	Ação anulatória de atos judiciais.....	1041
9.	<i>Querella nullitatis insanabilis</i> .....	1044
<b>VIII. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....</b>		1045
1.	Generalidades.....	1045
2.	Requisitos.....	1046
3.	Procedimento .....	1048
4.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras .....	1049
<b>IX. RECLAMAÇÃO.....</b>		1051
1.	Generalidades.....	1051
2.	Histórico e fundamentos.....	1051
3.	Natureza jurídica.....	1052
4.	Hipóteses de cabimento .....	1053
5.	Legitimidade.....	1054
6.	Procedimento .....	1055
7.	Decisão final .....	1056
8.	Recursos .....	1056
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		1057
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....</b>		1083